

PODER

As apostas da oposição para desafiar o STF

Casos de Ramagem e Zambelli serão usados para alimentar narrativa de perseguição

» ISRAEL MEDEIROS

A oposição ao governo Lula pretende aproveitar o clima de disputa que se formou entre a Câmara e o Supremo Tribunal Federal (STF) para minar a credibilidade da Corte e tentar beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados dele no caso da trama golpista. O objetivo é fortalecer a narrativa de que há perseguição política. Casos como os dos deputados Alexandre Ramagem (PL-RJ) e Carla Zambelli (PL-SP) servirão de viés de confirmação. Ramagem responde por tentativa de golpe, liderada por Bolsonaro, segundo denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR. Zambelli, por sua vez, foi condenada, na quarta-feira, por ser a mentora intelectual de uma invasão hacker aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2023.

Além da pena de prisão — que será de 10 anos, se mantida a decisão do Supremo —, Zambelli perderá o mandato. Ela também é julgada pelo STF em um outro caso. Na véspera das eleições de 2022, a deputada federal foi filmada perseguindo um homem em uma rua de São Paulo (SP) com uma arma em punho. Alegou legítima defesa, tese que não foi aceita pelo STF, que já formou maioria para condená-la e cassar seu mandato. O julgamento, no entanto, está suspenso a pedido do ministro Nunes Marques, indicado por Bolsonaro para a Corte.

Não é segredo que Bolsonaro culpa Zambelli por sua derrota nas urnas em 2022, o que deixou a parlamentar escanteada em seu atual mandato. O interesse repentino da oposição em sair em defesa dela, no entanto, não é em vão. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), pressiona há meses — e sem sucesso — o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), para pautar o projeto de anistia aos golpistas do 8 de Janeiro. Em entrevistas semanais à imprensa, não esconde sua frustração pela falta de comprometimento de Motta com a pauta, apesar do apoio de parte relevante da Casa. O caso de Ramagem, porém, virou uma oportunidade para voltar a ter o apoio do presidente

Zambelli: “Eu não sobreviveria na cadeia”

Reprodução/ @carla.zambelli



A deputada Carla Zambelli (PL-SP) chamou de “injustiça” a decisão do STF de condená-la a 10 anos de prisão e afirmou que não sobreviveria na cadeia. Segundo a parlamentar, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), deu um “sinal verde” ao líder do PL na Casa, Sóstenes Cavalcante, para que seja pautada a suspensão da ação penal. “Se acontecer de ter a prisão, eu vou me apresentar

para a prisão. Mas eu hoje não me vejo capaz de ser cuidada da forma como eu tenho que ser cuidada”, afirmou. Ela disse ser portadora de uma síndrome chamada Ehlers-Danlos, que afeta os tecidos conjuntivos do corpo, e ter um problema no coração, que não permite que permaneça muito tempo de pé. Também afirmou tomar medicamentos para tratar depressão.



Só quem pode cassar mandato é o plenário soberanamente da Câmara. Vamos lutar com unhas e dentes pelo mandato da nossa colega Carla Zambelli”

Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), deputado

da Casa. Isso porque Motta, eleito com o aval de Arthur Lira (PP-AL), já deixou claro que vai manter o corporativismo de seu antecessor. Por isso, a Câmara aprovou, na semana passada, a paralisação das ações contra Ramagem no STF. Quando o Supremo reagiu e derrubou parte da resolução da Casa, Motta dobrou a aposta: questionou a decisão no próprio Supremo e disse que “a harmonia entre os Poderes só ocorre quando todos usam o mesmo diapasão e estão na mesma sintonia”.

Assim como fez com Ramagem, Sóstenes pretende entrar na briga pelo mandato de Zambelli. “Vamos trabalhar para defender o mandato da mulher mais votada no Brasil na última eleição. (...) Uma mulher, deputada federal mais votada na última eleição, não pode ser cassada por perseguição política. Só quem pode

cassar mandato é o plenário soberanamente da Câmara. Vamos lutar com unhas e dentes pelo mandato da nossa colega Carla Zambelli”, disse ao **Correio**.

Segundo Sóstenes, a ofensiva será iniciada na semana que vem, quando os trabalhos da Câmara voltam ao normal. Nesta semana, os parlamentares estão em um recesso branco com a ausência de Motta do Brasil. Parte do plano, segundo o parlamentar, é conversar com o presidente da Casa para tentar uma resposta ao caso da deputada no STF.

A invasão ao sistema do CNJ se deu em 4 de janeiro de 2023, quatro dias antes dos ataques de bolsonaristas às sedes dos Três Poderes. Um dos documentos fraudulentos inseridos no sistema foi um mandato de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes assinado por ele mesmo.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Protagonismo de Janja, com apoio de Lula, não é só o de primeira-dama

Mexeu com Janja, mexeu comigo. É mais ou menos esse o recado que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu ao sair em defesa da primeira-dama Janja Lula da Silva, no caso da conversa sobre a atuação do TikTok no Brasil durante o jantar de gala com o presidente da China, Xi Jinping, em Pequim. “Fui eu que fiz a pergunta. Eu perguntei ao companheiro Xi Jinping se era possível ele enviar para o Brasil uma pessoa da confiança dele para a gente discutir a questão digital, e sobretudo o TikTok. É aí a Janja pediu a palavra para explicar o que está acontecendo no Brasil, sobretudo contra as mulheres e contra as crianças”, disse Lula.

A declaração irritada de Lula foi uma resposta a notícias de que Janja havia cometido uma grande gafe e criado constrangimento junto a Jinping, ao questionar a atuação do TikTok, um comportamento fora dos padrões do Itamaraty no cerimonial da diplomacia presidencial. A informação foi divulgada pela jornalista Andreia Sadi, da Globo News, e teve ampla repercussão. A resposta do presidente chinês foi de que o Brasil tem todo o direito de regulamentar o TikTok e até banir a rede social do país, se achar necessário.

Sem citar nomes, Lula reclamou de quem “teve a pachorra” de vaziar a informação sobre a reunião que era reservada e contou apenas com a presença de alguns ministros. “Eu vi na matéria que um ministro estava incomodado. Se um ministro estivesse incomodado, ele deveria ter me procurado e pedido para sair. Eu o autorizaria a sair de lá”, disse. Quem virou mordomo na história foi o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, apontado nos bastidores como o autor da inconfidência ou “plantação”, dependendo do grau de inimizade com o ministro mais poderoso do Palácio do Planalto.

A repercussão do episódio teve duas dimensões: a primeira, foi a ampliação das críticas ao comportamento de Janja, que mistura a condição de primeira-dama com a de militante petista e, por isso, sofre cerradas críticas da oposição; a segunda, tem mais relação com o próprio Lula, por pedir que um especialista chinês venha ao Brasil para ajudar o governo a regulamentar as redes sociais, o que é um absurdo do ponto de vista da ordem democrática, ainda mais porque essa é uma atribuição do Congresso.

Mas há uma terceira leitura política: Lula não somente endossou as palavras de Janja como chancelou sua intenção de “enquadrar” o TikTok; ao afirmar que ela não é uma “mulher de segunda classe”, deu todo apoio ao ativismo político de Janja, que é muito influente no governo. Ou seja, no governo, quem não estiver gostando do papel que Janja desempenha, que não é o de uma primeira-dama tradicional, terá de se acostumar com isso.

Paradigma eleitoral

É aí que surgem os paralelos com outras primeiras-damas que foram muito influentes. No Brasil, por exemplo, Sara Kubitschek, esposa de Juscelino, criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e sempre foi muito influente na construção da imagem do governo do marido, mesmo depois de sua morte. Antropóloga, Ruth Cardoso, esposa de Fernando Henrique Cardoso, discretíssima, era poderosa nos bastidores e criou a Comunidade Solidária. Mesmo Marisa Letícia, primeira-dama nos dois primeiros mandatos, com perfil de dona de casa, exercia um papel importante junto a colaboradores muito próximos de Lula no Palácio do Planalto. Janja não tem o perfil de nenhuma delas.

Rosângela de batismo, ao adotar o nome de Janja Lula da Silva na comunicação oficial do governo, demonstra a intenção de construir um projeto eleitoral, o que não seria possível sem a concordância de Lula. Esse script tem outros paradigmas. Não são os de Eleanor Roosevelt, defensora dos direitos humanos, esposa de Franklin D. Roosevelt — o presidente cadeirante que tirou os Estados Unidos da Grande Depressão e liderou o país durante a Segunda Guerra Mundial —, talvez a mais poderosa primeira-dama da história norte-americana. Nem de Jacqueline Kennedy, esposa de John F. Kennedy, com sua elegância e estilo, que fez o soft power dos Estados Unidos na diplomacia mundial e elevou às alturas o glamour da Casa Branca.

Não, o ativismo de Janja está mais para Hillary Clinton, esposa de Bill Clinton, que disputou a Presidência dos Estados Unidos em 2008 e 2016; Isabel Perón, segunda esposa e viúva do presidente argentino Juan Domingo Perón; e Cristina Fernández de Kirchner, companheira de Néstor Kirchner, que governaram a Argentina. Quem conhece mais de perto o casal, avalia que Lula está estimulando ao máximo o protagonismo de Janja na política internacional, mesmo sabendo dos riscos políticos e dos eventuais desgastes de imagem que isso pode causar. É um projeto político, no qual supõe-se que Janja aprende e amadurece, à base do ensaio e erro.

O grande problema é a repercussão negativa desse ativismo junto aos quadros do PT, aos aliados políticos e, sobretudo, ao eleitorado feminino, que votou majoritariamente em Lula na disputa com Bolsonaro. O contraponto de Janja é Michelle Bolsonaro, uma liderança evangélica, que pode vir a ser a candidata de Bolsonaro à Presidência, pois ele está inequivel. São duas mulheres que estão tendo um papel inédito na política brasileira ao lado dos maridos, vão acabar se digladiando na cena política e terão um papel decisivo nas eleições de 2026.

Emendas: Dino acata explicação da Câmara

» MAIARA MARINHO

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), acatou as razões apresentadas pela Câmara sobre as declarações do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que ameaçou uma manobra política com **uso das emendas** de comissão para pressionar o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), a pautar o projeto da anistia aos golpistas do 8 de Janeiro.

A Câmara explicou que a manifestação de Sóstenes não tem “efeito normativo” e “tampouco reflete a posição institucional da Câmara dos Deputados”. A Casa reafirmou que não permitirá acordos que contrariem o Plano de Trabalho homologado pelo STF sobre as emendas.

Na decisão, Dino enfatizou ser imprescindível, em nome da transparência, o registro da autoria das propostas de alteração das programações orçamentárias (emendas de comissão e de bancada) nas atas das reuniões das comissões e bancadas.

“Em convergência com as informações oficiais da Câmara dos Deputados, esclareço que não há ‘imunidades’ ou ‘prerrogativas’ para que um partido político sozinho, qualquer que seja ele, aproprie-se

Fellipe Sampaio/STF



O ministro Flávio Dino reiterou que as emendas devem seguir regras claras e registrar, com precisão, quem propôs alterações no Orçamento

Ameaça

Em entrevista ao jornal *O Globo*, no mês passado, Sóstenes Cavalcante disse que o PL poderia não cumprir um acordo firmado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), com os líderes, que prevê que o partido que comanda um colegiado fique com 30% dos repasses, enquanto os 70% restantes são distribuídos entre as demais legendas.

daquilo que não lhe pertence: o destino de recursos públicos do Orçamento Geral da União”, escreveu. “Lembro que — por decisão do próprio Congresso Nacional — até o momento não existem, na ordem jurídica, emendas titularizadas por líderes partidários ou mesmo pelo Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados, salvo as suas próprias emendas individuais, em igualdade de condições com os demais parlamentares.”

Na decisão, o ministro explicou que “não cabe ao STF criar obstáculos ao regular processo legislativo” exceto em casos de “controle da constitucionalidade de Projetos de Lei e PECs (controle preventivo), no manejo de Mandado de Segurança por parlamentar em exercício, com a finalidade de coibir proposições incompatíveis com as normas constitucionais que disciplinam o processo legislativo ou que constituam ofensa à cláusula pétrea”. O assunto é discutido na ADPF 854.